



**LEI ORDINÁRIA Nº 1.219 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2.025.**

*Dispõe sobre as infrações e sanções administrativas ao meio ambiente no âmbito do Município de Ladário, estabelece o processo administrativo para apuração destas infrações e dá outras providências.*

**MUNIR SADEQ RAMUNIEH**, Prefeito do Município de Ladário, Estado de Mato Grosso do Sul, usando das atribuições legais que lhe confere o art. 60, inciso I, da Lei Orgânica do Município de Ladário-MS, assim como, pela Constituição Federal, art. 76 §6º da Lei Federal nº 14.133 de 01 de abril de 2021, FAZ SABER que a Câmara de Vereadores de Ladário, Estado de Mato Grosso do Sul, **APROVOU** e eu **SANCIONO** e promulgo a seguinte Lei Municipal:

**CAPÍTULO I**

**DISPOSIÇÕES GERAIS**

**Art.1º** Esta Lei regulamenta a Lei Municipal nº 898/2012, que instituiu a Fundação de Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural de Ladário - FMADR, e define as competências, infrações, sanções e o processo administrativo ambiental, em conformidade com a legislação federal, estadual e municipal vigente.

**Art.2º** A FMADR é o órgão executor das políticas públicas municipais de meio ambiente e desenvolvimento rural, dotada de poder de polícia administrativa para prevenir, corrigir e punir condutas e atividades lesivas ao meio ambiente.

**Art.3º** O exercício da fiscalização ambiental tem por finalidade assegurar o cumprimento da legislação ambiental e a defesa do



interesse público, observando os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, com garantia do contraditório e da ampla defesa.

**Art. 4º** A FMADR poderá atuar em cooperação técnica com órgãos integrantes do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA, especialmente o Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul - IMASUL, órgão seccional estadual, visando à execução de ações conjuntas de licenciamento, fiscalização e monitoramento ambiental de impacto local.

**Art. 5º** Fica a FMADR autorizada a desenvolver ações conjuntas de fiscalização com a Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos, com fundamento na Lei Complementar nº 029/2007 (Código de Posturas do Município de Ladário), especialmente nos casos de:

- I. terrenos ou imóveis em estado de abandono, com acúmulo de
- II. lixo, entulho ou resíduos;
- III. descarte irregular de materiais em vias públicas, áreas verdes ou margens de córregos;
- IV. casos de poluição sonora com potencial de impacto ambiental, especialmente aqueles decorrentes de empreendimentos, eventos ou atividades licenciáveis;
- V. obras, reformas ou intervenções que causem impacto ambiental sem a devida autorização.

**Parágrafo único.** As ações integradas poderão resultar em autuação ambiental, interdição ou outras medidas administrativas cabíveis, conforme legislação específica.

## CAPÍTULO II

### DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

**Art. 6º** Considera-se infração administrativa ambiental toda ação ou omissão que viole as regras jurídicas de uso, gozo, promoção,



proteção e recuperação do meio ambiente, conforme o disposto nesta Lei.

**Parágrafo único.** As disposições desta Lei não excluem a aplicação de outras infrações previstas na legislação.

**Art. 7º** A FMADR, no exercício do seu poder de polícia ambiental, aplicará as seguintes sanções e medidas administrativas cautelares:

- I. advertência;
- II. multa simples;
- III. multa diária;
- IV. apreensão de produtos e subprodutos da flora e demais bens, instrumentos, petrechos, equipamentos ou veículos de qualquer natureza utilizados na infração;
- V. destruição ou inutilização do produto;
- VI. suspensão de venda e fabricação do produto;
- VII. embargo de obra ou atividade e suas respectivas áreas;
- VIII. demolição de obra;
- IX. suspensão parcial ou total das atividades;
- X. restritiva de direitos.

§ 1º As penalidades previstas neste artigo não impedem a aplicação cumulativa de outras sanções previstas nesta Lei.

§ 2º A caracterização de negligência ou dolo será exigível nas hipóteses previstas na legislação federal pertinente.

**Art. 8º** O agente autuante, ao lavrar o auto de infração, indicará as sanções estabelecidas nesta Lei, observando:

- I. gravidade dos fatos, considerando os motivos da infração e suas consequências para a saúde pública e o meio ambiente;

Carlos Roberto Smata





II. antecedentes do infrator quanto ao cumprimento da legislação ambiental;

III. situação econômica do infrator.

§ 1º Para a aplicação do inciso I, a FMADR estabelecerá critérios complementares para agravamento e atenuação das sanções.

§ 2º As sanções aplicadas pelo agente autuante estarão sujeitas à confirmação pela autoridade julgadora.

### Seção I

#### Da Advertência

**Art. 9º** A sanção de advertência poderá ser aplicada mediante auto de infração quando se tratar de infrações administrativas de menor lesividade ao meio ambiente, garantidos o contraditório e a ampla defesa.

§ 1º Consideram-se infrações administrativas de menor lesividade aquelas cuja multa consolidada não ultrapasse R\$ 1.000,00 (mil reais).

§ 2º Constatadas irregularidades sanáveis, o agente autuante concederá prazo para sua correção.

§ 3º Sanadas as irregularidades no prazo, o agente certificará nos autos e dará seguimento ao processo.

§ 4º Caso o autuado deixe de sanar irregularidades, será aplicada multa correspondente à infração praticada.

**Art. 10** A advertência não exclui aplicação de outras sanções.

**Art. 11** É vedada nova advertência no prazo de três anos após julgamento da anterior.

### Seção II

#### Das Multas

**Art. 12** A multa terá por base a unidade, hectare, metro cúbico, quilograma, metro quadrado, dúzia, cento, milheiros, estirpe ou outra medida pertinente ao objeto ambiental lesado.

**Parágrafo único.** A FMADR poderá definir a unidade de medida aplicável para cada recurso ambiental.

Carlos Rosário Matta

M. B.



**Art. 13** A multa será corrigida periodicamente conforme índices legais, sendo o mínimo de R\$ 50,00 e o máximo de R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais).

§ 1º Multas estarão sujeitas à atualização até o pagamento.

§ 2º O valor consolidado não poderá ultrapassar o limite máximo legal.

**Art. 14** A multa diária será aplicada quando a infração se prolongar no tempo.

§ 1º O agente autuante lavrará auto de infração indicando o valor da multa-dia.

§ 2º O valor da multa-dia será fixado conforme os critérios desta Lei, não inferior ao mínimo do art. 13, nem superior a 10% da multa simples máxima aplicável.

§ 3º Será aberto prazo para defesa.

§ 4º A multa diária cessa quando o autuado comprovar a regularização da situação.

§ 5º Não havendo regularização, a multa diária volta a ser aplicada.

§ 6º Na decisão final, a autoridade confirmará ou modificará o valor da multa e consolidará o montante devido.

§ 7º A multa poderá ser consolidada periodicamente após julgamento final, quando constatado pelo órgão ambiental que a infração não tiver cessado.

§ 8º A assinatura de termo de compromisso encerra a contagem da multa diária.

**Art. 15** A reincidência no período de cinco anos implica:

- I. multa em triplo, se cometida a mesma infração;
- II. multa em dobro, se infração distinta.

§ 1º O agravamento constará no processo.

§ 2º O autuado será notificado para se manifestar no prazo de 10 dias.

§ 3º Caracterizada a reincidência, a penalidade será agravada.

§ 4º O agravamento não poderá ser aplicado após o julgamento.

Carlos Roberto Smatta

Mateo.



§ 5º A conversão de multa não impede a contagem da reincidência.

### Seção III

#### Das Demais Sanções Administrativas

**Art. 16** A sanção de apreensão de produtos e subprodutos da flora, bens, instrumentos, petrechos, equipamentos ou veículos utilizados na infração reger-se-á pelo disposto nesta Lei.

**Art. 17** As sanções previstas nos incisos V a IX do art. 7º serão aplicadas quando o produto, obra, atividade ou estabelecimento não atender às normas ambientais.

§ 1º O embargo restringe-se aos locais onde ocorreu a infração.

§ 2º A cessação das penalidades de suspensão e embargo dependerá da apresentação de documentação que comprove a regularização.

**Art. 18** Em áreas irregularmente desmatadas ou queimadas, o agente embargará obras ou atividades localizadas nelas, exceto atividades de subsistência.

§ 1º O agente colherá provas, documentos, fotos e coordenadas geográficas.

§ 2º Não se aplicará embargo fora de APP ou reserva legal, exceto no caso de desmatamento ou queima não autorizada.

**Art. 19** A FMADR poderá embargar área correspondente a conjunto de polígonos relativos à mesma infração ambiental, com os seguintes objetivos:

- I. cessar a degradação ambiental;
- II. impedir lucro ou vantagem econômica com base na degradação ambiental;
- III. prevenir novas infrações;
- IV. resguardar a recuperação ambiental;
- V. promover reparação dos danos ambientais;
- VI. garantir a efetividade do processo e a responsabilização dos infratores.

§ 1º O embargo poderá ser formalizado em único termo.

§ 2º Os polígonos poderão ser agrupados segundo bioma, gleba, unidade de conservação, terra indígena, imóvel ou região.

Carlos Roberto Matta

M. L. B.

6726



**Art. 20** O embargo de área irregular explorada e objeto de Plano de Manejo Florestal não exonera seu detentor da responsabilidade de manutenção e recuperação da área.

**Art. 21** O descumprimento total ou parcial do embargo ensejará:

- I. suspensão da atividade e da venda de produtos;
- II. cancelamento de registros, licenças ou autorizações.

§ 1º A FMADR divulgará dados da área embargada, resguardados dados protegidos.

§ 2º A pedido, será emitida certidão detalhando a área, atividade ou obra embargada.

**Art. 22** A FMADR poderá aplicar demolição de obra após contraditório e ampla defesa quando:

- I - construída em área protegida sem observância à legislação;
- II - não atender condicionantes ambientais e não for passível de regularização.

§ 1º A demolição poderá ser executada pelo infrator ou pela administração.

§ 2º As despesas correrão às custas do infrator, que será notificado para realizá-la ou reembolsar aos cofres públicos os gastos que tenham.

§ 3º Não será aplicada demolição quando comprovado que acarretará maiores danos ambientais, devendo a FMADR impor medidas mitigadoras.

**Art. 23** As sanções restritivas de direito são:

- I. suspensão de registro, licença ou autorização;
- II. cancelamento de registro, licença ou autorização;
- III. perda ou restrição de incentivos fiscais;
- IV. perda ou suspensão de participação em financiamento público;
- V. proibição de contratar com a administração pública.

§ 1º A autoridade fixará períodos de:

- I. até cinco anos para a sanção do inciso V do caput;

Carlos Roderio Smatta

Umberto

[Assinatura]

[Assinatura]





II. até dez anos para as demais.

§ 2º A autoridade poderá revisar o período mediante regularização da conduta, mediante devido processo administrativo.

## Seção IV

### Dos Prazos Prescricionais

**Art. 24** Prescreve em cinco anos a ação da administração para apurar infrações ambientais, contados:

I. da data do ato;

II. no caso de infração continuada, do dia em que cessou.

§ 1º A prescrição inicia-se com a lavratura do auto de infração.

§ 2º Prescreve o processo paralisado por mais de três anos.

§ 3º Quando o fato for crime, aplica-se a prescrição penal.

§ 4º A prescrição não afasta a obrigação de reparar o dano ambiental.

**Art. 25** A prescrição interrompe-se:

I. pela ciência/recebimento do auto de infração, ainda que por edital;

II. por ato inequívoco de apuração;

III. por decisão condenatória recorrível.

**Parágrafo único.** Consideram-se atos inequívocos os que importem instrução do processo.

**Art. 26** Não se aplicam as regras deste capítulo à Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental.

## CAPÍTULO III

### DO PROCESSO ADMINISTRATIVO PARA APURAÇÃO DE INFRAÇÕES AMBIENTAIS

#### Seção I

#### Disposições Preliminares

**Art. 27** O processo administrativo observará os princípios da legalidade, finalidade, motivação, razoabilidade, proporcionalidade, moralidade, ampla defesa, contraditório, segurança jurídica, interesse público e eficiência.



**Art. 28** A adesão às soluções legais previstas nesta Lei poderá encerrar processos administrativos municipais relativos a infrações ambientais.

§ 1º O procedimento será definido em regulamento.

§ 2º A adesão só ocorrerá para multa ambiental consolidada.

§ 3º O pagamento da multa implica adesão e encerramento imediato do processo.

## Seção II

### Da Autuação

**Art. 29** Constatada infração ambiental, será lavrado auto de infração, assegurando-se ampla defesa e contraditório.

§ 1º O autuado será intimado:

I. pessoalmente;

II. por representante legal;

III. por carta com AR;

IV. por edital, quando em local incerto ou não encontrado.

§ 2º Havendo recusa em assinar, o agente certificará o ocorrido com testemunhas.

§ 3º Em casos de evasão, o auto será enviado por via postal ou outro meio idôneo, inclusive por edital.

§ 4º A intimação poderá ser eletrônica.

§ 5º O autuado poderá, no prazo de vinte dias:

I. apresentar defesa;

II. optar por:

a) pagamento da multa;

b) parcelamento;

c) conversão da multa em serviços ambientais.

§ 6º Os autos e polígonos de embargo são públicos e serão disponibilizados pela FMADR.

§ 7º A FMADR manterá base pública de autos de infração.



**Art. 30** O auto de infração será lavrado em impresso próprio, contendo identificação do autuado, descrição objetiva da infração e dispositivos legais infringidos, sem rasuras ou emendas que comprometam sua validade.

**Art. 31** O requerimento de adesão imediata às soluções legais previstas no art. 29 deverá conter:

- I. confissão irrevogável e irretratável do débito decorrente da multa ambiental consolidada;
- II. desistência de impugnar judicialmente ou administrativamente a autuação;
- III. renúncia a alegações de direito referentes à autuação.

**Parágrafo único.** Havendo ação judicial, deverá ser apresentado comprovante de pedido de extinção do processo judicial com resolução do mérito.

**Art. 32** O auto de infração e documentos correlatos serão encaminhados ao setor competente para processamento.

**Parágrafo único.** O relatório de fiscalização conterá:

- I. descrição das circunstâncias que levaram à constatação da infração e autoria;
- II. registro por fotografias, vídeos, mapas ou outros meios; critérios para fixação da multa acima do mínimo, se for o caso;
- III. indicação de circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- IV. demais informações relevantes.

**Art. 33** O auto de infração com vício sanável poderá ser convalidado pela autoridade julgadora mediante despacho saneador.

**Art. 34** O auto com vício insanável será declarado nulo.

§ 1º Considera-se vício insanável aquele cuja correção implique alteração dos fatos descritos no auto.

§ 2º Caracterizada a infração, deverá ser lavrado novo auto, respeitada a prescrição.

§ 3º Erro de enquadramento legal não é vício insanável e poderá ser corrigido.

**Art. 35** O agente autuante poderá adotar as seguintes medidas:

- I. apreensão;

Carlos Roberto Smatta

Malet



- II. embargo de obra ou atividade;
- III. suspensão de venda ou fabricação de produto;
- IV. suspensão de atividades;
- V. destruição ou inutilização de produtos e instrumentos da
- VI. infração;
- VII. demolição.

§ 1º As medidas visam prevenir novas infrações e garantir a efetividade do processo.

§ 2º Serão formalizadas em documento próprio com justificativa.

§ 3º A FMADR definirá os formulários específicos.

§ 4º O embargo limita-se ao local da infração.

**Art. 36** Os produtos, subprodutos, instrumentos, petrechos e veículos utilizados na prática de infração ambiental serão apreendidos, salvo impossibilidade justificada.

§ 1º A apreensão independe de comprovação de fabricação ou uso exclusivo para fins ilícitos.

§ 2º Quando o responsável ou proprietário for indeterminado, desconhecido ou de domicílio indefinido, a notificação da lavratura do termo de apreensão será realizada por meio de publicação no **Diário Oficial**.

§ 3º Fica vedada à FMADR a apreensão, manejo, guarda, transporte ou destinação de animais silvestres ou exóticos, devendo tais situações ser imediatamente comunicadas ao órgão ambiental estadual ou federal competente.

§ 4º Os bens apreendidos poderão ser confiados a depositários, vedado o seu uso, exceto para veículos pertencentes ao autuado.

§ 5º A FMADR poderá celebrar convênios para ressarcimento de custos relativos ao depósito.

**Art. 37** Após a apreensão, a FMADR deverá destinar os bens apreendidos conforme sua natureza, observando risco de perecimento e conforme decisão motivada.

- I. produtos perecíveis e madeiras sob risco iminente de deterioração serão avaliados e doados;
- II. demais bens poderão ser vendidos, doados, destruídos ou utilizados pela administração.



§ 1º A doação será preferencialmente feita a órgãos públicos e entidades sem fins lucrativos.

§ 2º É vedado confiar bens apreendidos a depositário quando houver risco de uso irregular.

**Art. 38** A FMADR poderá autorizar o uso de bens apreendidos quando necessário à execução de ações de fiscalização ambiental.

**Parágrafo único.** Veículos apreendidos poderão ser usados exclusivamente para transporte de materiais apreendidos ou recuperação ambiental.

**Art. 39** Os bens apreendidos permanecerão sob guarda da FMADR ou depositário.

**Parágrafo único.** Em caso de anulação da apreensão, os bens serão restituídos ou indenizados conforme avaliação.

**Art. 40** O depósito poderá ser confiado:

a órgãos e entidades públicas;  
ao autuado, desde que não haja risco de reincidência.

§ 1º Órgãos públicos terão preferência em doações.

§ 2º Bens apreendidos poderão ser utilizados pelo depositário desde que se trate de utilização com finalidade pública, bem como não se trate de bens consumíveis, cujo perecimento seja inerente ao uso.

§ 3º A FMADR poderá firmar convênios para ressarcimentos.

**Art. 41** A FMADR destinará bens apreendidos levando em conta sua natureza e risco de perecimento.

I. produtos perecíveis e madeiras sob risco serão doados e ou destinados a órgãos da Administração Pública Municipal para utilização vinculada a finalidade pública de projetos e outras situações de utilidade pública;

II. bens não perecíveis poderão ser destruídos, utilizados, vendidos ou doados.

§ 1º A destinação obedecerá a critérios de economicidade e interesse público.

§ 2º A FMADR garantirá mecanismos de indenização caso o auto seja anulado.

Corpo Rogerio & Matta

Unibral





§ 3º Serão consideradas sob risco madeiras expostas a céu aberto ou sem possibilidade de guarda adequada.

**Art. 42** O embargo de obra ou atividade destina-se a impedir continuidade do dano ambiental e permitir a regeneração do meio ambiente.

§ 1º Em caso de descumprimento, a FMADR comunicará o Ministério Público.

§ 2º Quando o responsável for desconhecido, o embargo será publicado por extrato.

**Art. 43** A suspensão de venda ou fabricação de produto visa impedir a colocação no mercado de produtos oriundos de infração ambiental.

**Art. 44** A suspensão parcial ou total de atividades busca impedir continuidade de processos produtivos irregulares.

**Art. 45** Produtos e instrumentos poderão ser destruídos quando:

- I. a medida for necessária para evitar uso indevido;
- II. representarem risco ao meio ambiente ou aos agentes públicos.

**Parágrafo único.** A destruição será registrada com elementos comprobatórios.

**Art. 46** A demolição de obra poderá ocorrer quando houver risco iminente de agravamento de dano ambiental ou danos à saúde.

§ 1º A demolição será documentada.

§ 2º As despesas correrão por conta do infrator.

§ 3º A medida não se aplica a edificações residenciais.

### Seção III

#### DA DEFESA

**Art. 47** O autuado poderá apresentar defesa no prazo de vinte dias contados da ciência da autuação.

**Parágrafo único.** Caso opte pelo pagamento da multa à vista, será concedido desconto de trinta por cento, conforme legislação federal aplicável.

**Art. 48** A defesa poderá ser protocolizada em qualquer unidade da FMADR, que a encaminhará ao setor competente.

**Art. 49** A defesa será apresentada por escrito, devendo conter os fatos, fundamentos jurídicos e provas pretendidas.



**Parágrafo único.** Requerimentos fora do prazo não serão conhecidos.

**Art. 50** O autuado poderá ser representado por advogado ou procurador legalmente constituído.

**Parágrafo único.** Poderá ser solicitado prazo de até quinze dias para apresentação de procuração.

**Art. 51** A defesa não será conhecida quando apresentada:

- I. fora do prazo;
- II. por pessoa sem legitimidade;
- III. perante órgão ambiental incompetente.

#### Seção IV

#### DA INSTRUÇÃO E JULGAMENTO

**Art. 52** Ao autuado cabe provar os fatos alegados, sem prejuízo do dever da autoridade julgadora de instruir o processo.

**Art. 53** A autoridade julgadora poderá requisitar provas, laudos e esclarecimentos técnicos.

**Art. 54** Provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias ou protelatórias serão indeferidas mediante decisão fundamentada.

**Art. 55** Havendo controvérsia jurídica, a Procuradoria-Geral do Município emitirá parecer para fundamentar a decisão.

**Art. 56** Encerrada a instrução, o autuado poderá apresentar alegações finais em até dez dias.

§ 1º O setor responsável publicará a pauta de julgamento.

§ 2º A notificação poderá ocorrer por via postal, eletrônica ou outro meio idôneo.

**Art. 57** A decisão não está vinculada à proposta de sanção do agente autuante, podendo a autoridade julgadora alterar o valor da multa conforme limites legais.

**Parágrafo único.** Caso haja possibilidade de agravamento da penalidade após a instrução, o autuado será notificado para manifestação prévia.

**Art. 58** A autoridade julgadora decidirá o auto de infração no prazo de trinta dias.

*Rogério Smatta*

*Mabalye*

*[Signature]*

*[Signature]*





§ 1º Medidas administrativas aplicadas no momento da autuação deverão ser apreciadas na decisão.

§ 2º O descumprimento do prazo não invalida a decisão.

§ 3º A FMADR indicará a autoridade responsável pelo julgamento.

**Art. 59** A decisão será motivada, com indicação clara dos fatos e fundamentos jurídicos.

**Parágrafo único.** A motivação poderá consistir em concordância com pareceres ou relatórios incorporados à decisão.

**Art. 60** Após a decisão, o autuado será notificado para:

I. pagar a multa em até cinco dias; ou

II. apresentar recurso.

**Parágrafo único.** O pagamento no prazo garantirá desconto de 30%.

## Seção V

### DOS RECURSOS

**Art. 61** Da decisão de primeira instância caberá recurso no prazo de vinte dias.

§ 1º A autoridade que proferiu a decisão poderá reconsiderá-la em cinco dias.

§ 2º A FMADR indicará a autoridade competente para julgamento em segunda instância.

**Art. 62º** Haverá reexame necessário nos casos definidos em regulamento.

**Parágrafo único.** O recurso de ofício será interposto na própria decisão.

**Art. 63º** O recurso não terá efeito suspensivo, salvo decisão fundamentada.

§ 1º Havendo risco de dano irreparável, poderá ser concedido efeito suspensivo.

§ 2º Penalidade de multa sempre terá efeito suspensivo no reexame necessário.

**Art. 64** A autoridade recursal poderá confirmar, modificar, anular ou revogar a decisão.

Carlos Rogério Imatta

Moisés

[Assinatura]

[Assinatura]



**Art. 65** O recurso não será conhecido quando:

- I. intempestivo;
- II. apresentado perante órgão incompetente;
- III. interposto por parte ilegítima.

## Seção VI

### DA DESTINAÇÃO DE BENS APREENDIDOS

**Art. 66** Após decisão definitiva, os bens apreendidos serão destinados da seguinte forma:

- I. produtos perecíveis serão doados;
- II. madeiras poderão ser doadas, utilizadas ou vendidas;
- III. produtos e subprodutos não perecíveis poderão ser destruídos ou doados;
- IV. instrumentos utilizados na infração poderão ser destruídos, utilizados, doados ou vendidos, com descaracterização quando necessário;
- V. demais petrechos, equipamentos, veículos e embarcações poderão ser utilizados, vendidos, doados ou destruídos.

§ 1º Fica vedada qualquer destinação que envolva animais silvestres ou exóticos.

§ 2º Doações serão preferencialmente destinadas a órgãos públicos e entidades sem fins lucrativos.

**Art. 67** Os bens poderão ser doados a órgãos e entidades públicas, bem como entidades sem fins lucrativos de caráter social, científico ou cultural.

**Art. 68** Em caso de substâncias ou produtos tóxicos, perigosos ou nocivos, as medidas de destinação ou destruição serão determinadas pelo órgão competente e correrão às expensas do infrator.

**Art. 69** O termo de doação de bens apreendidos vedará a transferência a terceiros.

**Parágrafo único.** A FMADR poderá autorizar transferência quando necessária ao cumprimento do fim institucional do beneficiário.

Carlos Rogério Jureta

Marcelo





**Art. 70** Bens sujeitos a venda serão leiloados conforme legislação federal.

**Parágrafo único.** Custos operacionais correrão por conta do adquirente.

## Seção VII

### DA CONVERSÃO DE MULTAS

**Art. 71** Fica instituído o Programa Municipal de Conversão de Multas Ambientais da FMADR.

**Parágrafo único.** A FMADR poderá converter multa simples em serviços de preservação, melhoria ou recuperação ambiental, exceto quando houver morte humana ou outras hipóteses restritivas.

**Art. 72** Consideram-se serviços ambientais para conversão de multa:

- I. recuperação de áreas degradadas e processos ecológicos;
- II. proteção e manejo de espécies da flora nativa;
- III. monitoramento da qualidade ambiental;
- IV. mitigação ou adaptação às mudanças climáticas;
- V. manutenção de espaços públicos com vegetação nativa;
- VI. educação ambiental;
- VII. regularização fundiária de unidades de conservação;
- VIII. saneamento básico;
- IX. garantia da sobrevivência de espécies da flora nativa;
- X. implantação e gestão de unidades de conservação;
- XI. melhoria do licenciamento, fiscalização e monitoramento ambiental;
- XII. capacitação de agentes ambientais;
- XIII. apoio a programas públicos ambientais.

§ 1º Em imóveis rurais, áreas devem estar inscritas no CAR.

§ 2º Exceções ao parágrafo anterior aplicam-se a assentamentos, territórios indígenas e quilombolas.

Carlos Rosário Lima

Marcelo

[Assinatura]

[Assinatura]



**Art. 73** A FMADR poderá realizar chamamentos públicos inclusive em conjunto com outros órgãos municipais para seleção de projetos aptos à conversão de multas.

**Art. 74** Não caberá conversão de multa para reparação dos danos da própria infração.

**Art. 75** O autuado poderá requerer conversão da multa:

- I. conversão direta, com a implementação, por seus meios, de serviço de preservação, de melhoria e de recuperação da qualidade do meio ambiente, no âmbito de, no mínimo, um dos objetivos previstos no art. 72;
- II. conversão indireta, com adesão a projeto previamente selecionado pela FMADR, na forma estabelecida no art. 73, observados os objetivos previstos no caput do art. 72;
- III. pela adesão aos investimentos e ao custeio, das ações, das atividades, das obras e dos projetos referentes aos serviços de preservação, de melhoria e de recuperação da qualidade do meio ambiente, executados pela FMADR.

§ 1º Na hipótese prevista no inciso I do caput, o autuado respeitará as diretrizes definidas pela FMADR, que poderá admitir a participação de mais de um autuado na elaboração e na execução do projeto.

§ 2º Na hipótese prevista no inciso II do caput, o autuado poderá outorgar poderes à FMADR para escolha do projeto a ser contemplado.

§ 3º Ato normativo próprio da FMADR detalhará as regras para operacionalização da conversão de multa direta e indireta

**Art. 76** A autoridade julgadora deverá, em decisão única, julgar o auto de infração e o pedido de conversão da multa por ocasião do julgamento do auto de infração.

§ 1º A autoridade julgadora considerará as peculiaridades do caso concreto, os antecedentes do infrator e o efeito dissuasório da multa ambiental, podendo, mediante decisão motivada, deferir ou indeferir o pedido de conversão.

§ 2º Em caso de deferimento do pedido de conversão, o autuado será notificado para comparecer ao órgão competente da FMADR a fim de celebrar termo de compromisso previsto no art. 80 desta Lei.

§ 3º O deferimento do pedido suspende o prazo recursal.

Carlos Roberto Lima

M. B.



§ 4º Caberá recurso hierárquico da decisão que indeferir a conversão, conforme art. 62.

**Art. 77** O valor dos custos dos serviços ambientais será igual ou superior ao valor da multa convertida.

§ 1º O autuado é obrigado a reparar integralmente os danos ambientais, independentemente da conversão da multa.

§ 2º Sobre o valor consolidado da multa convertida será aplicado desconto de:

- I. 40% na conversão direta requerida junto com a defesa;
  - II. 35% na conversão direta requerida até as alegações finais;
  - III. 60% na conversão indireta requerida na defesa;
  - IV. 50% na conversão indireta requerida até as alegações finais.
- § 3º No caso dos incisos III e IV, o valor poderá ser parcelado em até 24 parcelas, reajustadas pelo IPCA.

§ 4º Custos bancários serão deduzidos dos rendimentos da conta garantia até o limite dos referidos custos.

§ 5º Se os rendimentos forem insuficientes, o autuado complementarará o valor.

§ 6º Valores excedentes serão aplicados em serviços ambientais.

§ 7º O valor descontado não poderá resultar em valor inferior ao mínimo legal.

**Art. 78** O pedido de conversão direta deverá ser acompanhado do projeto correspondente, conforme diretrizes da FMADR.

§ 1º A autoridade poderá conceder prazo de até 60 dias para apresentação do projeto.

§ 2º A autoridade poderá exigir ajustes no projeto para adequá-lo ao valor da multa.

§ 3º O não atendimento das exigências contidas no presente artigo acarretará indeferimento do pedido.

**Art. 79** A autoridade julgadora decidirá, em ato único, sobre o auto de infração e o pedido de conversão.

§ 1º A autoridade julgadora considerará as peculiaridades do caso concreto, os antecedentes do infrator e o efeito dissuasório da multa ambiental, e poderá, em decisão motivada, deferir ou não o

pedido de conversão formulado pelo autuado, observado o disposto no art. 74.

§ 2º Na hipótese de deferimento do pedido de conversão, a autoridade julgadora notificará o autuado para comparecer à unidade administrativa indicada pela FMADR para a assinatura do termo de compromisso de que trata o art. 80.

§ 3º O deferimento suspende o prazo para recurso hierárquico.

§ 4º Cabe recurso hierárquico do indeferimento da conversão.

**Art. 80** A conversão da multa será formalizada por Termo de Compromisso celebrado entre o autuado e a FMADR.

§ 1º O termo conterá obrigatoriamente:

- I. qualificação das partes;
- II. descrição do serviço ambiental;
- III. prazo de vigência (mínimo de 90 dias e máximo de 10 anos);
- IV. multa pelo descumprimento;
- V. previsão sobre efeitos do inadimplemento;
- VI. previsão de regularização ambiental;
- VII. foro competente.

§ 2º Na conversão direta, o termo conterá:

- I. descrição completa do objeto;
- II. valor do investimento;
- III. metas ambientais a serem atingidas;
- IV. plano de trabalho com cronogramas físico e financeiro.

§ 3º Na conversão indireta, o termo conterá:

- I. comprovante de depósito integral ou da primeira parcela em conta garantia;
- II. eventual outorga de poderes à FMADR para escolha do projeto;
- III. autorização do infrator ao banco para custeio das despesas do projeto;
- IV. participação da entidade executora como signatária;
- V. vedação ao levantamento dos valores depositados pelo autuado.

Carlos Rogério Smatta

União

20/26





§ 4º A assinatura suspende a exigibilidade da multa e implica renúncia ao recurso administrativo.

§ 5º A celebração do termo não extingue o processo administrativo.

§ 6º A conversão somente se concretiza após execução e aprovação final do serviço ambiental.

§ 7º O termo tem efeitos administrativos e civis.

§ 8º O inadimplemento implica:

I. inscrição imediata em dívida ativa pelo valor integral da multa;

II. execução judicial das obrigações pactuadas.

§ 9º Os depósitos vinculam-se exclusivamente ao cumprimento do projeto.

**Art. 81** Os extratos dos termos de compromisso serão publicados no **Diário Oficial**.

**Art. 82** A FMADR definirá diretrizes para os projetos e a execução dos serviços prestados por conversão de multa.

§ 1º A FMADR instituirá Câmara Consultiva Municipal para apoiar a implementação do programa.

§ 2º A Câmara será presidida pela FMADR e incluirá representantes da sociedade civil.

§ 3º Poderão ser criados grupos de trabalho por tema ou território.

§ 4º A composição será definida em ato normativo.

§ 5º A FMADR poderá estruturar grupos conjuntos conforme necessidade.

#### CAPÍTULO IV

#### DOS AGENTES DE FISCALIZAÇÃO

**Art. 83** São autoridades competentes para lavrar autos de infração os servidores da FMADR designados para atividades de fiscalização.

§ 1º Qualquer pessoa poderá representar à autoridade ambiental sobre infração.

Carlos Rogério S. Motta

M. M. M.

João S. S.



§ 2º A autoridade que tiver ciência de infração é obrigada a apurar os fatos sob pena de corresponsabilidade.

**Art. 84** Compete aos agentes de fiscalização da FMADR:

- I. realizar vistorias e diligências;
- II. lavrar autos de infração;
- III. solicitar documentos;
- IV. aplicar medidas cautelares e propor penalidades;
- V. encaminhar relatórios à Presidência da FMADR.

§ 1º Os agentes deverão ser designados formalmente e nomeados por portaria do Prefeito.

§ 2º A designação poderá ser alterada a qualquer tempo.

§ 3º É vedado atuar sem designação oficial.

## CAPÍTULO V

### DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

**Art. 85** A FMADR dará publicidade trimestral às sanções aplicadas:

- I. no Sistema Nacional de Informações Ambientais - SISNIMA;
- II. em seu sítio eletrônico.

**Parágrafo único.** Será informado se o processo está pendente ou julgado em definitivo.

**Art. 86** O disposto sobre reincidência (art. 15) aplica-se às infrações lavradas após a vigência desta Lei.

**Art. 87** Os prazos desta Lei contam-se conforme a Lei Federal nº 9.784/1999.

**Art. 88** A FMADR poderá editar instruções normativas para execução desta Lei.

**Art. 89** Os valores arrecadados com multas serão destinados ao Fundo Municipal de Meio Ambiente.

**Parágrafo único.** Os formulários e modelos de autos de infração e demais documentos necessários serão estabelecidos por regulamento do Poder Executivo Municipal.

Carlos Rogério Smatta

Marcos

Presidência





**Art. 90** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

LADÁRIO - MS, aos 16 de dezembro de 2.025.

  
**Jonil Junior Gomes Barcellos**

Presidente

  
**João Paulo Moreira Neves Pinto**

1º Vice-Presidente

  
**Magda Xavier Chalega**

2ª Vice-Presidente

  
**João Batista Brito**

1º Secretário

  
**Carlos Rogério Godoy da Matta**

2º Secretário

  
**SANCIONO**

**Munir Sadeq Ramunieh**

Prefeito

ANEXO I – ORGANOGRAMA DA FMADR  
ESTRUTURA BÁSICA 2025